

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

O OBJETIVO DO MILÊNIO 1 E A INFÂNCIA NO BRASIL: AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL E A LINHA TÊNUE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eduardo Shigueo Fujikawa*

Resumo: O Brasil é considerado um país em desenvolvimento capaz de atingir importantes avanços econômicos e políticos na conjuntura internacional. Contudo, o país ainda sofre com as desigualdades sociais que preocupantemente parecem ter atingido um estado crônico no ambiente interno. Neste contexto, o presente artigo propõe uma reflexão acerca do Objetivo do Milênio 1 (ODM1), de suas metas e das ações e políticas aplicadas em busca de amenização dos efeitos da pobreza e da fome que incidem, sobretudo, nas crianças do país. Verifica-se que, a despeito da consciência da importância de incluir a infância no planejamento e execução de políticas públicas, muitas ações não permeiam uma reestruturação da base como medida definitiva para a erradicação da fome e da pobreza. O artigo propõe uma análise crítica resultante de pesquisa bibliográfica dos diversos relatórios publicados pelo governo brasileiro, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por organizações não governamentais, bem como de artigos e publicações científicas que discorrem sobre o ODM1 e sobre as políticas públicas nacionais relacionadas que exercem influência na realidade das crianças no Brasil.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Infância. Políticas Públicas.

Abstract: Brazil is optimistically considered a developing country capable of achieving important economic and political improvements in the international scenario. Nevertheless, the country still suffers from social inequalities that seem to have reached a chronic state internally. In this context, this paper presents a reflection about the Millennium Development Goal 1 (MDG1) and its targets and policies addressed to minimize the poverty and hunger effects, especially on children. It's noticed that despite the awareness about the importance of including the infancy dynamics in the planning and implementation strategies of public policies, many of them do not include restructuring measures that can effectively end poverty and hunger. This paper offers a critical analysis based on bibliographic research of several reports published by the Brazilian government, the United Nations (UN) and non-governmental organizations as well as scientific publications about the MDG1 and the national public policies that affect the reality of the Brazilian children.

Keywords: Millennium Development Goals. Children. Public Policies.

* Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Mestre em Cooperação e Desenvolvimento Internacional pela Universidade Católica do Coração Sagrado de Milão.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

1 Os objetivos de desenvolvimento do milênio: considerações iniciais

Em um contexto de grande preocupação internacional resultante de conflitos e de profundo debate sobre os direitos humanos, a Organização das Nações Unidas (ONU) com o apoio de 191 nações criou, no dia 8 de setembro de 2000, a Declaração do Milênio. O documento seria a base de compromissos que definiria os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos como uma tentativa de mobilização para convergir o engajamento mundial na busca por melhores direcionamentos para a humanidade no século XXI (PNUD, 2000). Shetty (2004), em palestra realizada no IV Colóquio Internacional de Direitos Humanos, ponderou sobre o contexto da concepção dos ODM:

Envergonhados pela magnitude dessa violação aos direitos humanos fundamentais e perturbados pela potencial reação sobre a segurança global dessa extrema privação enfrentada pela maioria da população, os líderes mundiais, em setembro de 2000, assumiram um compromisso. Na maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade, subscreveram um documento solene no qual prometiam libertar seus concidadãos da indignidade e do sofrimento que acompanham a abjeta pobreza. No momento em que se iniciava um século e um milênio, recapitularam os resultados das diversas conferências de cúpula das Nações Unidas da década de 90, e estipularam para si mesmos um período de 15 anos, ou seja, até 2015, para atingir um conjunto de metas e objetivos mínimos, embora concretos. Esse programa ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Neste cenário de preocupações por medidas eficazes para o combate das mazelas sociais e econômicas a nível global, foram criados os seguintes objetivos: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Apesar de mínimos, como aponta Shetty, os objetivos são pautados por metas e prazos bem definidos. Foram estabelecidos um total de 22 metas e 48 indicadores para os objetivos que devem ser cumpridos até 2015.

A importância contextual dos ODM se dá pela abrangência de nações comprometidas nos esforços de alcance dos objetivos, seja internamente, por meio de ações e estratégias em

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

busca de melhorias sociais, políticas, econômicas e ambientais, sobretudo em países em desenvolvimento, como também em ações voltadas à cooperação internacional, financiamento técnico e ajuda humanitária liderada por nações desenvolvidas. Apesar dos debates que permeiam o efetivo comprometimento dos países, os ODM podem ser considerados importantes diretrizes para o desenvolvimento global sustentável.

1.1 Os objetivos do milênio e o Brasil

O governo brasileiro acompanhou o posicionamento internacional evidenciando sua preocupação acerca dos objetivos propostos e passou a intensificar suas ações para atingir padrões de qualidade superiores nos campos da saúde, educação, trabalho e assistência social. Ficou evidente que a Declaração do Milênio se tornaria parte da construção de políticas públicas nacionais em caráter permanente. Este comprometimento reflete nos resultados progressivos alcançados. Já em 2001, um estudo desenvolvido pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontara melhora em 69,2% dos indicadores brasileiros. O comprometimento brasileiro com as diretrizes da Declaração do Milênio ainda é refletido pelos diversos relatórios de acompanhamento publicados periodicamente, o estabelecimento de indicadores nacionais específicos relacionados aos ODM e ainda a definição clara das iniciativas governamentais capazes de promover significativas melhorias em seus indicadores. Não coincidentemente, o Brasil foi reconhecido como promotor dos ODM e importante ator na conjuntura da cooperação internacional para os países menos desenvolvidos. Este posicionamento o fez principal protagonista da América Latina no desenvolvimento de debates e ações para as temáticas relacionadas aos ODM.

No que tange aos resultados nacionais até o momento, a diversidade das microrrealidades do país torna a avaliação complexa e multifacetada. O vasto território, as diferenças culturais e os fatores econômicos são modificadores relevantes nos diversos estados brasileiros. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹ é um

¹ Em 2012, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

parâmetro mensurável para representar estas diferenças regionais. Enquanto que estados pertencentes majoritariamente às regiões Sul e Sudeste apresentam os 7 melhores índices com média de 0.768, os 7 piores indicadores pertencem a estados do norte e nordeste, com média de 0.649 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). A busca pela redução das desigualdades sociais e da iniquidade existente no território é, portanto, um grande desafio do governo brasileiro no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Até 2015, o Brasil provavelmente terá atingido três ODM. Os objetivos são referentes à erradicação da pobreza e fome (ODM 1), à redução da mortalidade infantil (ODM 4) e à luta contra o HIV/AIDS, Malária e outras doenças (ODM 6). Estes resultados devem ser considerados novamente com a ressalva de que a performance do país é substancialmente heterogênea. Isto é, algumas regiões avançaram consideravelmente enquanto outras não acompanharam o mesmo desenvolvimento.

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, o presente artigo propõe uma reflexão específica sobre o ODM 1 no âmbito da infância brasileira a partir de uma metodologia de pesquisa descritiva. Verificar-se-á como as ações e políticas públicas direcionadas para atender as necessidades e metas do referido Objetivo incidem diretamente na realidade das crianças e respectivas famílias do país. Por questões metodológicas, a fim de restringir o escopo de análise, as reflexões são apresentadas no contexto da criança definida como *a pessoa até doze anos de idade incompletos* segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 Objetivo de desenvolvimento do milênio 1 - erradicação da fome e pobreza extrema

Segundo o último Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (2010), o Brasil não somente atingiu o objetivo internacional em 2002 como também ultrapassou novas metas nacionais em 2008. Entretanto, afirmar que o objetivo foi atingido

2010. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda e é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O IDHM e os indicadores de suporte ficam reunidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

com plenitude é bastante impróprio, já que as realidades internas são bastante variáveis e incondizente com a boa performance nacional como um todo.

Ao realizar um cruzamento de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis), organização não governamental reconhecida pelo trabalho de acompanhamento dos ODM, é possível verificar esta parcialidade no êxito do objetivo. Apontam os dados que, apesar de o Brasil já ter atingido o objetivo geral de erradicação da fome e da miséria, 14 estados não terão reduzido à metade o número de pessoas abaixo da linha da pobreza até 2015. Em outras palavras, desempenhos superiores verificados, sobretudo, nas Regiões Sul e Sudeste influenciam, de forma considerável, a média geral, mascarando os maus resultados de outros estados para os referidos indicadores.

Estas desigualdades se manifestam para além do contexto econômico regional. Elas permeiam uma realidade complexa dos aspectos socioculturais históricos do país. O Relatório intitulado *Um Brasil para as Crianças – A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência* (2004) discorre sobre este contexto:

A iniquidade brasileira não está apenas associada às questões de renda ou das gerações. Ela se manifesta nas diferenças que se identificam nos mais variados espaços e dimensões. Os indicadores apontam iniquidades associadas à raça/etnia dos indivíduos; em função da região que as pessoas moram; do seu sexo; e do grau de escolaridade da mãe. Isso para não se falar das iniquidades decorrentes de alguma deficiência ou de outra característica que afaste essas pessoas daquilo que a maioria considera a “normalidade”. Ela se apresenta entre meninos e meninas; entre negros, indígenas e brancos; entre o norte e o sul; ou entre o rural e o urbano. (REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. 2004, p.23-24).

As desigualdades sociais e a materialização da pobreza socioeconômica de determinada comunidade são fatores de extrema influência nas famílias. Estes problemas sociais incidem com mais violência ainda na vida das crianças. A UNIFEM e UNICEF atentam para este problema:

A pobreza no país também tem cor. [...] entre as crianças negras, a pobreza é quase duas vezes maior que entre as brancas e, entre as indígenas, a iniquidade é ainda maior. Portanto, obter um efetivo impacto na erradicação da pobreza e da fome no país requer necessariamente a adoção de políticas para reduzi-la desde a pequena

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

infância, em especial negra e indígena. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2005, p.2).

Esta situação é agravada pelo fato de que boa parte do progresso não atinge as populações mais pobres, aquelas que deveriam ser o alvo desse esforço (UM BRASIL PARA CRIANÇAS, 2004, p.24). Este, sem dúvida, é o maior desafio do poder público e da sociedade civil do país. As diferenças socioeconômicas no país levaram, inclusive, a Associação de Anemia Calciforme de São Paulo a propor às Nações Unidas o nono ODM nomeado *Objetivo de Desenvolvimento do Milênio sem Racismo*, ressaltando a necessidade de atenção especial para as questões raciais como representativas e diretamente proporcionais ao quadro de pobreza no país.

3 Efeitos da pobreza e fome nas crianças brasileiras

A meta 1 estabelecida para o ODM 1 na Declaração do Milênio reafirma o compromisso dos países em *reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cuja renda é menor que 1,25 dólar por dia*. O foco em políticas neoliberais dos anos 90, a estabilização monetária entre 1993 e 1995 e alguns programas federais implementados, como o Bolsa Família, contribuíram consideravelmente para o êxito desta meta no Brasil. Weissheimer salienta este processo ao afirmar que:

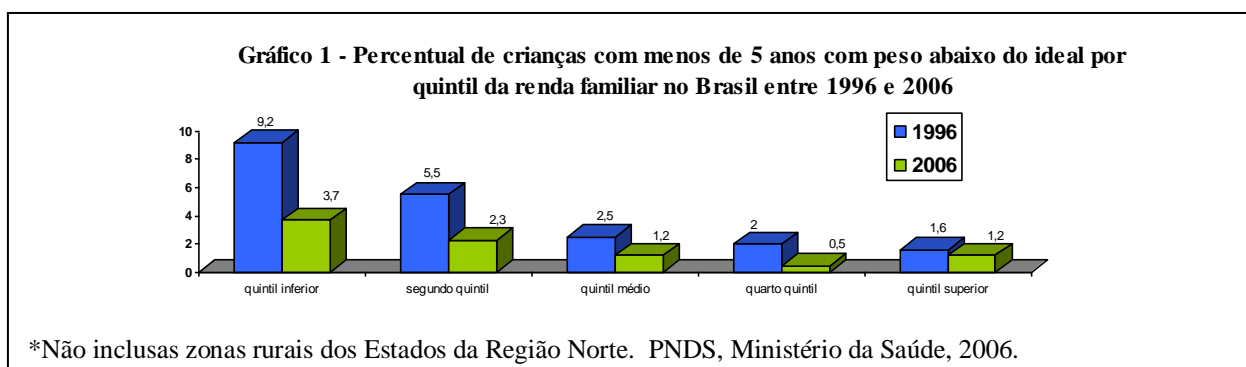
Além do impacto de programas sociais como o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo é apontado como um fator responsável pelo aumento dos níveis de consumo, especialmente de alimentos, e pela elevação da expectativa positiva quanto ao futuro do país. Especificamente em relação ao Bolsa Família, as pesquisas indicam o impacto do programa na melhoria da nutrição infantil e também, de modo mais indireto, na redução do trabalho infantil. (WEISSHEIMER, 2000, p.81-82).

Ao analisar este contexto baseado nas metas estabelecidas para o ODM1, este desenvolvimento deve ser relativizado. Não obstante tenha-se diagnosticado, segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio publicado pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA) em 2010, que apenas 01 em cada 20 brasileiros era pobre em

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

2008, sua concentração em áreas mais vulneráveis da região norte e nordeste é bastante representativa. Além disso, a inexistência de dados referentes às populações rurais de alguns estados também corrobora para uma percepção melhorada da situação do país como um todo.

Famílias de baixa renda são mais suscetíveis a sofrer com as debilidades do sistema público de saúde e educação e possuem dificuldade na provisão de uma alimentação saudável para o desenvolvimento da criança. As condições nutricionais na infância pautadas por estas variantes são extremamente importantes por se tratar de um período de desenvolvimento biopsicossocial. O gráfico abaixo representa o percentual das crianças com peso abaixo do ideal entre 0 e 4 anos no Brasil conforme os quintis da renda familiar entre 1996 e 2006:



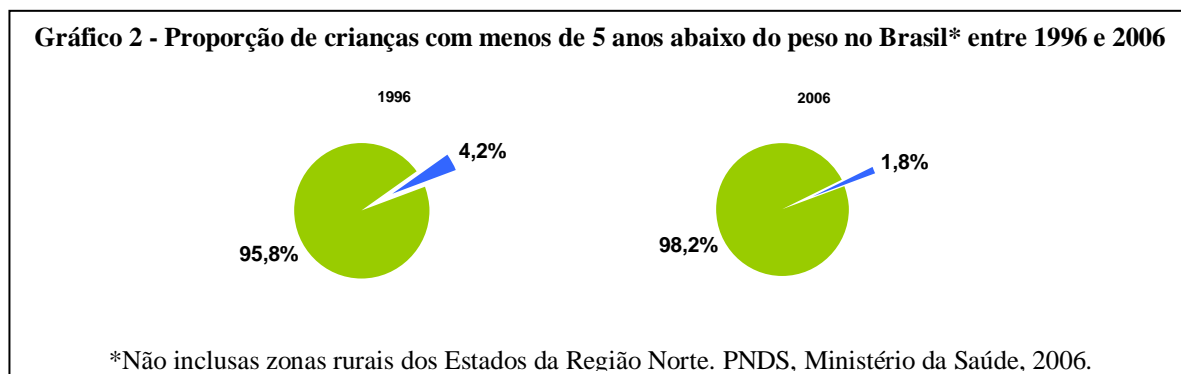
Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio. IPEA, 2010.

É possível inferir que parte das famílias que compõem os quintis inferiores são ou incapazes de prover o consumo diário de calorias e proteínas recomendados a seus membros, ou oferecem alimentação inapropriada. Apesar de constatada a existência da desnutrição, sobretudo nas famílias mais pobres, tem-se verificado substancial redução da proporção de crianças desnutridas com um decréscimo de 9,2%, em 1996, para 3,7%, em 2006, no primeiro quintil. Este progresso pode ser explicado pelas políticas nacionais de saúde e fortalecimento das instituições no sistema nas últimas duas décadas.

A despeito da comprovada existência de fome no território brasileiro, é importante ressaltar que os números são relativamente baixos se analisados no contexto geral do país. O indicador referente à predominância de crianças subnutridas abaixo de cinco anos de idade comprova esta constatação. Os dados demonstram que é baixo o risco de crianças deste grupo consumirem quantidades insuficientes das porções recomendadas de calorias conforme o

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

gráfico abaixo. O indicador considera como referência a taxa de crescimento de crianças consideradas saudáveis e nutridas de acordo com a Organização Mundial de Saúde:



Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio. IPEA, 2010.

Verifica-se, portanto, que o percentual de crianças abaixo do peso ou desnutridas é relativamente pequeno em uma macroanálise. Assim, é possível afirmar que as crianças brasileiras estão mais suscetíveis a uma dieta irregular e desbalanceada, em alguns casos, excessivamente calórica. Outros possíveis problemas agravantes são a exposição a condições sanitárias impróprias, a precariedade do aleitamento materno e a desinformação no contexto familiar.

Ressalta-se que apesar da notável tendência temporal de diminuição dos índices de desnutrição infantil, ela ainda atinge os grupos vulneráveis que sofrem para acessar programas nutricionais educacionais que lhes propiciem conhecimento de práticas alimentares saudáveis. Ademais, verifica-se uma necessidade permanente de incluir todo o núcleo familiar na educação alimentar por meio de oferta de informações e instruções acerca dos cuidados nutricionais e sanitários adequados para toda a família, com especial atenção às necessidades peculiares da criança.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

4 Políticas públicas e ações governamentais em prol do ODM 1 no contexto da infância brasileira

O último Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio publicado em 2010 apresenta um conjunto de ações e programas do governo federal desenvolvidos no território, compatíveis com as propostas dos ODM que, direta ou indiretamente, afetam a criança brasileira. Ao longo dos 2 mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas as seguintes ações: a Estratégia Fome Zero, o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Nacional contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Ressalta-se que, após o mandato do presidente Lula, algumas das ações foram finalizadas ou reestruturadas para cumprir papel semelhante em prol dos ODM no mandato da presidente Dilma Rousseff, a partir de 2010, como a implementação do Plano Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso.

4.1 A importância do Bolsa Família para a geração de renda e o viés do assistencialismo

A associação do Programa Bolsa Família aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio contribuiu para que o país ganhasse visibilidade notória no cenário internacional. O Programa, inclusive, é citado com destaque no Relatório das Nações Unidas *Children and the Millennium Development Goals* em 2007. A iniciativa é considerada modelo para países em desenvolvimento que recorrem a programas de transferência de renda na busca de condições mais igualitárias de acesso a serviços básicos e consumo.

Ainda que o Bolsa Família seja destinado à família como um todo, ele é bastante influente na realidade das crianças tanto por suas condicionalidades quanto pelos efeitos de sua aplicação. As condicionalidades impostas para o recebimento dos benefícios acaba por incentivar as famílias a regularizar a situação de seus filhos nos sistemas de educação, saúde e

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

assistência social. Ressalta-se que todas as condicionalidades do programa envolvem a infância e a juventude².

Dados demonstram que o programa logrou êxito em termos de aumento da renda familiar, além de estimular a matrícula e a assiduidade escolar de crianças e adolescentes. Contudo, é importante relativizar o progresso real e as lacunas camufladas neste suposto desenvolvimento.

O Bolsa Família é constantemente criticado pelo alto grau de dependência gerado em seus beneficiários e por seu viés assistencialista. Alayon (1995, p.48), em uma abordagem radical, define o assistencialismo como *uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração*. Evidentemente o conceito de Alayon não pode ser considerado integralmente apropriado no atual cenário. Sua obra, escrita nos anos 80, foi emoldurada por um contexto peculiar. Entretanto, ainda que radical, não se pode negar que o conceito de Alayon ainda é aplicável em certo grau para algumas políticas governamentais nos dias atuais. O dicionário Aulete (2014) define o assistencialismo como o *conceito e a prática de organizar e prestar assistência a membros ou camadas mais carentes de uma sociedade, ao invés de atuar para a eliminação das causas de sua carência*. Esta definição reflete a necessidade de oferecer subsídios mínimos para que a população mais pobre possa suprir suas necessidades mais básicas sem, entretanto, oferecer condições definitivas para que elas efetivamente saiam da condição de pobreza.

Apesar do tom negativo que leva o conceito do assistencialismo, este demonstra-se importante e necessário desde que associado a ações que gerem empoderamento. Neste contexto, a proposta do Programa Bolsa Família é relevante no combate à miséria, permitindo que a transferência de renda ofereça suporte emergencial às pessoas mais pobres. Entretanto, a dependência dos recursos transferidos é vista como o principal viés da política. Setti (2013)

² Conforme portal do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome as condicionalidades do programa são: acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%; crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

salienta que *45% das famílias cadastradas em 2003 continuam no BF e que o tema remete às chamadas “portas de saída” do programa: educação, treinamento, para que as pessoas possam ascender socialmente pelo esforço e qualificação próprios.*

Fica evidente que embora existam beneficiários que deixaram voluntariamente o programa após adquirir independência dos recursos advindos do programa, muitos são os casos de favorecidos com condições socioeconômicas incondizentes com a proposta que seguem recebendo o benefício continuamente. Esta situação se dá pela dificuldade de controle dos beneficiários cadastrados, já que a estrutura de acompanhamento e monitoramento do programa é bastante deficitária, carente de investimentos estruturais e de recursos humanos especializados.

No que se refere à infância, o programa contribuiu para a melhoria de suas condições em proporções relativas. Não há dúvidas de que as crianças estão frequentando mais a escola e que suas famílias possuem mais condições de oferecer subsídios para que elas recebam educação, moradia e alimentação. Contudo, isto não infere que elas estejam acessando serviços básicos de qualidade. Ao focalizar as ações na mera transferência de recursos financeiros para que as famílias tenham poder de compra e conseqüentemente maior acesso ao consumo de produtos e serviços, o governo pouco contribui para que os serviços públicos de base sejam aperfeiçoados. Neste contexto Ávila (2008, p.10) salienta:

[...] apesar da queda expressiva da desigualdade de distribuição de renda, entendida como aumento da renda dos mais pobres, verificada no Brasil nos últimos anos, essa queda não se converte, necessariamente, em melhoria nas outras dimensões da pobreza, tais como acesso a bens públicos (assistência, saúde, creche, mercado de trabalho, geração de renda, acesso aos direitos sociais, à proteção social), capital social e humano, autonomia e participação. É necessário um investimento em políticas públicas diferenciadas que considerem os demais condicionantes de vida, caso contrário será difícil enfrentar de maneira mais estrutural a extrema desigualdade de distribuição de renda e de acessos.

Assim, cabe refletir se o fato de ir à escola, por exemplo, proporciona à criança efetivo conhecimento para que se desenvolvam suas habilidades biopsicossociais em um contexto onde são verificadas condições estruturais fragilizadas do sistema da educação pública. Além disso, é primordial que a população tenha o devido acompanhamento na gestão dos recursos

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

recebidos pelos programas assistencialistas, para que não se torne refém de um sistema de subsistência imposto pelo próprio Estado.

4.2 Os programas de segurança alimentar e nutricional no combate à fome

O governo brasileiro, ao longo da história, criou diversos programas alimentares que foram importantes para a redução da vulnerabilidade social no que tange a segurança alimentar. No âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a estratégia Fome Zero do governo federal foi uma das principais propostas para a erradicação da fome. Lançado em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa tinha como objetivo efetivar o direito humano ao acesso ao alimento, além de promover a segurança alimentar e o suporte nutricional adequado em favor da inclusão social e do direito à cidadania das pessoas mais vulneráveis à fome.

Apesar do apelo e da positiva aceitação popular, o programa também sofreu questionamentos. O principal deles foi quanto à percepção subjetiva do significado real da fome no contexto nacional para a avaliação das políticas que melhor se adequassem às suas microrrealidades. Frei Betto, consultor da presidência e da mobilização social do programa Fome Zero, uma vez afirmou, em entrevista, que *a fome no Brasil é gorda diferentemente da fome na África que é magra* (ARANDA, 2013). Baseado em sua experiência durante sua consultoria ao Programa Fome Zero entre 2003 e 2004, ele descreve:

Não encontrava, pelo interior, crianças esqueléticas, magérrimas, como as fotos que vemos da África. E, sim, crianças barrigudas, cheias de vermes, com distúrbios glandulares, devido à falta de nutrientes essenciais. Assim, há crianças e adultos obesos e famintos, pois comem apenas um ou dois alimentos, como mandioca, o que caracteriza desnutrição (IDEM).

As críticas ao programa residem no tratamento da materialização da fome no país como algo percebido em alguns países africanos. Em outras palavras, uma abordagem incompatível com a realidade brasileira. Não há dúvidas de que a fome ainda é uma realidade presente no país, entretanto, existe um contexto peculiar em que qualquer comparação deve ser feita com ressalvas.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

No que se refere à segurança alimentar relacionada à infância, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresenta-se como principal iniciativa dirigente de políticas neste âmbito. O principal foco das ações é centralizado no desenvolvimento do aluno, na melhoria de seu rendimento escolar, no fomento a práticas de alimentação consciente e na provisão de alimentação durante o período escolar.

Apesar de algumas melhorias identificadas a partir da execução do PNAE e outras ações globais³, é pertinente uma avaliação quanto a aplicabilidade para que sejam adequadas a uma realidade contemporânea. O PNAE foi implementado em 1955 em um contexto completamente diferente da conjuntura atual e grande parte de suas premissas são mantidas desde o começo do programa, ainda que se tenha expandido e transversalizado suas ações⁴. Para este novo desenho, faz-se necessário um estudo profundo da nova realidade do país para que as particularidades de cada contexto sejam consideradas na elaboração de políticas efetivas condizentes com as necessidades da população local. O Sistema Nacional de Nutrição e Segurança Alimentar, responsável pelo monitoramento do programa, ainda carece de mecanismos sólidos de coordenação e articulação para realizar este acompanhamento.

Outro problema dos programas alimentares reside no fato de que eles não foram efetivos na inclusão das famílias como foco principal em um processo de reeducação alimentar. As ações deveriam ser direcionadas não somente à criança, mas também a seus familiares, uma vez que são eles os responsáveis por escolher aquilo que é consumido em ambiente doméstico, considerando todas as etapas, desde a aquisição, a preparação e finalmente o consumo do alimento. Este processo deve ser acompanhado por instituições e profissionais que vão além de especialistas de nutrição. Ademais, as ações de capacitação e profissionalização devem ser implementadas paralelamente para efetivação do empoderamento das famílias na geração de renda, acarretando, por conseguinte, a melhoria da alimentação da família. Além disso, como mencionado anteriormente, o Brasil encontra-se em

³ Como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com a Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição e o Programa de Alimentação do Trabalhador.

⁴ Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral. (FNDE, 2014).

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

fase de declínio das taxas de desnutrição e em aumento no número de crianças com sobrepeso ou obesas, fato intimamente ligado a uma inadequada cultura alimentar como pontuou Frei Betto⁵. Esta realidade atual deve ser pauta para a concepção de novas estratégias e políticas sociais relacionadas à segurança alimentar.

4.3 A luta contra a exploração do trabalho infantil

A Constituição Brasileira de 1988 consente ao jovem acima de dezesseis anos a atividade laboral, exceto em condições que lhe ofereçam perigo em local insalubre e/ou em turnos noturnos. A Constituição também permite que jovens acima de catorze anos trabalhem na condição legal de aprendiz. Apesar do aparato legal, são recorrentes cenas de trabalho infantil no comércio e na construção civil nos centros urbanos. Nas zonas rurais, as crianças comumente exercem trabalhos nas lavouras como parte integrante da geração de renda familiar. Ambos os cenários são profundamente prejudiciais para o desenvolvimento infantil e são ocasiões para outras violações de direitos e oferecem riscos para o desenvolvimento físico, psíquico e sociocomunitário da criança.

Algumas medidas foram tomadas a fim de minimizar estes problemas, como a criação de instituições especializadas, programas de geração de renda, bolsas escolares, estabelecimento de período escolar integral em parte das escolas públicas e transferência de renda para assistência a famílias mais pobres, buscando encorajar o combate do trabalho infantil no próprio núcleo familiar. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é parte destes esforços. Ele compreende uma série de ações que visam à retirada de crianças com menos de quatorze anos inseridas no mercado de trabalho informal, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e das relações sociais destas crianças. Estes objetivos são almejados por meio de atividades realizadas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Uma vez configurado trabalho infantil, a criança deve compulsoriamente participar das atividades socioeducativas promovidas por estes Centros.

⁵ p.12.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

Apesar da importância do programa, algumas deficiências são verificadas quanto à sua implementação. No relatório *Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*, realizado pela Gerência do Programa e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (2004, p. 43-44), são apontadas algumas limitações do programa, como:

[...] a dificuldade no atendimento para as crianças e adolescentes inseridos em determinados tipos de atividades consideradas como piores formas, como as atividades ilícitas [...]; a inexistência de uma proposta estratégica adequada para a promoção da inclusão social das famílias, garantindo sua participação nas atividades socioeducativas e no desenvolvimento de ações geradoras de renda [...]; a vinculação da bolsa à criança, reforçando a concepção da criança como provedora do lar; a limitada participação qualificada de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, como os Conselhos [...] assim como de representantes de empregadores e empregados.

O relatório aponta ainda algumas dificuldades relacionadas ao controle social pouco efetivo, os problemas estruturais que enfrenta a gestão do programa e a insuficiência de recursos para execução plena do projeto (IDEM).

Embora o PETI tenha contribuído para o envolvimento das crianças em atividades socioeducativas estimulando-as à participação escolar, o programa apresenta lacunas no que se refere ao processo educativo e a geração de renda. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (2004, p.33) aponta ainda, no relatório de Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, uma proporção considerável de crianças que oficialmente participam do programa, mas que continuam trabalhando como fonte complementar da renda familiar, considerando a incapacidade de geração de renda suficiente para as necessidades básicas da família. Por isso, apesar da significância do programa, é primordial a inclusão de estratégias educativas que envolvam um processo de conscientização e suporte às famílias e atores sociais relevantes, como empregadores e instituições públicas e privadas, na formulação e gestão de uma estratégia multilateralizada que proteja as crianças do trabalho infantil com a adoção de estratégias para o controle social das violações de direitos da criança e do adolescente.

A articulação com o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para o recebimento de denúncias do gênero é um importante instrumento de comunicação entre a sociedade civil e as instituições de proteção. Segundo a

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

SDH/PR, o serviço criado em 2003 realizou mais de 3 milhões de atendimentos até 2013 e, sem dúvida, tornou-se um canal facilitador para encaminhamentos institucionais de mobilização e averiguação de denúncias da sociedade civil. Infelizmente, o grande fluxo de denúncias relativas a variadas formas de violações de direitos humanos pelo Disque 100 resulta em uma complexa tarefa de acompanhamento dos casos. Em teoria, os operadores dos *call centers* deveriam ter um conhecimento abrangente e ao mesmo tempo específico para identificar o tipo de violação, as instituições responsáveis para acompanhamento do caso, além de fornecer informações precisas e esclarecedoras ao denunciante. Por esta complexidade, as críticas ao Disque 100 residem na necessidade de capacitação, treinamento e articulação devido à grande abrangência temática atendida pelo serviço.

5 Participação do poder público e da sociedade civil: a educação como solução definitiva na luta contra as desigualdades

O contexto do ODM1 permite afirmar que é bastante evidente que as necessidades primordiais residem na diminuição das desigualdades regionais e locais do território. Delimitar o êxito conclusivo das metas respectivas ao ODM1 é o mesmo que afirmar que a pobreza e a fome estão completamente erradicadas no país. Uma vez verificado que a disparidade social e a iniquidade são problemas centrais para o êxito integral do ODM 1, parte-se para a busca de soluções que amenizem e eventualmente, de fato, erradiquem estes problemas.

Neste sentido, é inegável a importância de políticas assistencialistas que propiciem um mínimo de dignidade à família brasileira de baixa renda. Contudo, deve-se tomar esta circunstância como medida efêmera, transitória e insuficiente para solucionar os problemas da pobreza e fome no país. É primordial a adoção de uma abordagem reestruturante que atinja o foco do problema em sua base. Assim, a educação surge como sustentação e ponto de partida para esta reconstrução baseada, sobretudo, na priorização da educação na infância e juventude do país como parte da solução definitiva para a pobreza e a fome no Brasil.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

Campos e Campos (2008, p. 244) salientam a importância da educação infanto-juvenil como uma ferramenta eficaz no combate à pobreza. As referidas autoras citam a Declaração de Lima⁶ para contextualização:

[...] é possível obter avanços muito importantes no combate à pobreza e à pobreza extrema se nós assegurarmos que as crianças tenham o melhor começo possível de vida durante os primeiros anos, que recebam atenção na saúde, estimulação precoce adequada, educação de boa qualidade, e que os adolescentes tenham oportunidades amplas de exercer seus direitos e de se converter em pessoas responsáveis. Em outras palavras, garantindo os direitos humanos desde a primeira infância e criando oportunidades do desenvolvimento integral.

Desta forma, verifica-se a necessidade de focalização nas relações causais dos problemas que geram a pobreza e a fome, devendo necessariamente passar por uma reflexão acerca da realidade do sistema educacional atual. A educação de qualidade permite a formação de cidadãos conscientes, capacitados e protagonistas na formulação e execução de políticas que gerem benefícios coletivos. Ela também é importante no processo de transformação social já que possibilita aos indivíduos maiores possibilidades de profissionalização, propiciando acesso a recursos econômicos. Neste sentido, Schwartzman (2006, p. 10) afirma que:

Entre as políticas sociais, a educação ocupa posição especial, não só de acordo com as teorias de capital humano, que atribuem à educação um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, como também pela constatação mais recente, e muito bem documentada para o Brasil, de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida.

Dada a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançou em 2010 uma exposição internacional chamada *Education Counts* (Educação Conta) que evidenciou a importância da educação como fator chave para o êxito no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tratando-se do ODM 1, o relatório aponta que para cada ano

⁶ Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos na XI Reunião realizada na cidade de Lima, em Novembro de 2001, ao subscrever a Declaração, renovam o compromisso com os valores e os princípios que os identificam, reafirmam o desejo de fortalecer o fórum de convergência política, e concluem um conjunto de mandatos concretos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2001).

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

escolar adicional, a renda individual cresce até 10%, o PIB 0,37% e 171 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza se os países de baixa renda completassem a alfabetização na escola.

O processo de reestruturação não é papel individual do poder público e este talvez seja um dos grandes problemas na concepção e implementação das ações referentes aos ODM. Siqueira (2012) enfatiza a necessidade da participação conjunta na elaboração e execução de estratégias para a erradicação da pobreza:

O desenho da nova agenda global na luta pela erradicação da pobreza em suas diferentes formas, incluindo o acesso universal à educação gratuita e de qualidade, precisa ser discutida e firmada a partir de ampla consulta, diálogo e participação da sociedade civil. Os vários fóruns de discussão que têm surgido colaboram para o enriquecimento e democratização dos processos e tomada de decisões oficiais, uma vez que as metas globais caracterizam um desafio que não se limita exclusivamente aos chefes de Governo, mas sim a um conjunto de atores que envolvem essencialmente a sociedade civil[...]

Desta forma, a participação multilateral representativa dos mais variados atores é extremamente importante para o planejamento e execução de ações integradas e ao mesmo tempo independentes de modo a atender as particularidades do país a nível nacional e regional. Esta participação já é uma realidade no país, mas ainda carece de articulação. O Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), na publicação *50 Jeitos Brasileiros de Mudar o Mundo: o Brasil rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio*, de 2007, distingue boas práticas desenvolvidas por ONGs e prefeituras em benefício dos ODM em todo o país. Na publicação, foram reconhecidas diversas ações que envolvem, por exemplo, agroecologia, atividades artísticas e culturais para crianças em vulnerabilidade social, profissionalização, dentre outros. Tratando-se do poder público local, a criação das Estratégias da Gestão Municipal para a Redução da Pobreza proposta pela Confederação Nacional dos Municípios também é importante para sensibilização do papel das prefeituras na conquista dos Objetivos do Milênio. Estas ações possuem grande impacto, pois são concebidas a partir da identificação de problemas contextuais localizados e, por isso, são importantes transformadores de microrrealidades. Acredita-se que a redução das desigualdades possa ser possibilitada a partir da execução destas ações, do compartilhamento de boas práticas e do desenvolvimento de ações conjuntas em todos os níveis de gestão.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

6 Considerações Finais

A compreensão do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil revela uma realidade particular repleta de entrelinhas. As reflexões partem da concepção dos objetivos em uma macrorrealidade internacional, por vezes, incondizente com as dinâmicas percebidas em ambiente nacional. A aplicabilidade de ações em resposta aos problemas verificados mundialmente devem ser averiguadas de modo a adequar-se às problemáticas peculiares inerentes às diversidades verificadas no vasto e diversificado território brasileiro. Tratando-se especificamente do ODM 1, deve-se creditar o alcance das metas estabelecidas com as ressalvas de não completude por conta das desigualdades sociais no Brasil.

As ações do governo federal compatíveis com as propostas do referido objetivo, como o Fome Zero e o Bolsa Família, foram importantes para incremento da renda familiar e aumento do poder de compra da população mais pobre. Os programas de segurança alimentar nas escolas também contribuíram para o aumento da assiduidade escolar de crianças da rede pública de educação e para a educação alimentar infantil. Contudo, ressalta-se a necessidade de incluir a família de forma mais significativa neste processo. Salienta-se, ainda, que os referidos programas carecem de um efetivo acompanhamento de seus beneficiários para que se conheçam suas necessidades e potencialidades. No que tange a transferência de recursos financeiros, devem ser criados mecanismos que permitam o suporte institucional na gestão do capital por parte dos beneficiários para que tais recursos sejam um meio de sair do quadro de pobreza ao invés de torná-los cada vez mais dependentes dos programas assistencialistas. Paralelamente a esta prática, requer-se maior atenção para ações que propiciem o empoderamento social, isto é, ações educativas que promovam a independência econômica da população, fortalecida por noções de cidadania e participação sociopolítica como sujeitos de direitos.

Concomitante às políticas circunstanciais, é fundamental a reestruturação dos pilares da sociedade brasileira. Neste contexto, a educação apresenta-se como uma das principais soluções, motora de efetivação de cidadania e capaz de promover o êxodo da população que atualmente vive em extrema pobreza. A educação encontra-se na linha tênue problema-solução do país. Tratando-se da infância no Brasil, a criança, como pessoa em

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

desenvolvimento, requer educação básica de qualidade para que ela se torne um adulto transformador social e multiplicador de valores de cidadania. A vivência em um sistema de educação fragilizado, contrariamente, a tornará mais vulnerável às mazelas da marginalização.

Para além das políticas governamentais específicas, verifica-se uma necessidade prioritária de investimentos estruturais de atendimento e fomento da participação familiar no desenvolvimento infantil para que as políticas públicas sejam efetivas como responsabilidade de atores multilaterais pertencentes ao poder público e à sociedade civil.

Finalmente, cabe a reflexão das ações que serão tomadas após 2015, ao final do prazo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Reitera-se a importância dos ODM que, sem dúvida, propiciaram grandes debates sobre o curso da humanidade no mundo global. Muitas discussões já são fomentadas a partir das lições aprendidas, como a campanha *Beyond 2015* e *O Mundo que Queremos 2015*. Nesta continuação, é imprescindível uma participação mais efetiva de representantes da gestão pública local e da sociedade civil para que as ações possam ser concebidas a partir de um diagnóstico preciso dos problemas geradores das desigualdades sociais particulares a cada nação.

Referências Bibliográficas

ALAYON, Norberto. *Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?*. Tradução: Balkys Villalobos de Netto. 2ª Ed - São Paulo: Cortez, 1995.

ARANDA, Fernanda. *Idealizador do Fome Zero defende programa federal para o fim da obesidade*. Entrevista concedida ao Portal IG. Disponível em: <<http://saude.ig.com.br/minhasaude/2013-01-18/idealizador-do-fome-zero-defende-programa-federal-para-o-fim-da-obesidade.html>>. Publicada em 18/01/2013. Acesso em 12/05/2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em 10/07/2014.

ÁVILA, Milene Peixoto. *O bolsa família e a pobreza no Brasil: avanços e limites*. São Paulo: I Mostra Nacional e I Prêmio Nacional de Estudos sobre o Bolsa Família, 2008.

BRASIL. Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA). *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: IPEA, 2010.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Bolsa Família: condicionalidades*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em 08/05/2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Em 10 anos de serviço Disque 100 prestou mais de 3 Milhões de atendimentos*. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/dezembro/em-10-anos-de-servico-disque-100-prestou-mais-de-3-milhoes-de-atendimentos>>. Acesso em: 10/05/2015.

BRINKERHOFF, Jennifer M. ; SMITH, Stephen C. ; TEEGEN, Hildy. *NGOs and the millennium development goals: citizen action to reduce poverty*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

CAMPOS; CAMPOS. *A educação das crianças pequenas como estratégia para o “alívio” da pobreza*. Goiânia: Inter-Ação. Rev. Fac. Educ., 33 (2): p. 241-263. Goiânia: UFG, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Redução da desigualdade ainda é frágil, diz IPEA*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0508201121.htm>>. Acesso em 12/12/12.

FRANÇA, Luiz de. *Brasil deve ficar longe dos objetivos do milênio*. Revista Veja. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-deve-ficar-longe-objetivos-milenio/imprimir#quadro1>>. Publicado em 13/09/2009. Acesso em 10/05/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *The millennium declaration*. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>. Acesso em: 24/12/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD). *The millennium development goals report 2010*. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Data/2010%20Stat%20Annex.pdf>> Acesso em 24/12/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). *Situação da infância brasileira 2006*. Disponível em: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/publi/unicef_sowc/sit_inf_brasil_2006_completo.pdf> Acesso em 12/12/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ; BRASIL. Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Gerência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *Análise situacional do programa de erradicação do trabalho infantil*. Brasília: PNUD, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). *Desigualdades raciais e de gênero entre crianças, adolescentes e mulheres no brasil no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio*. Brasília: UNIFEM, 2005.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). *Education for all, global monitoring report, 2010*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001866/186606E.pdf>>. Acesso em: 10/01/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). *Eight reasons why education is important to achieve the MDGs*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all/education-and-the-mdgs/eight-reasons-to-achieve-the-mdgs/>>. Acesso em 02/03/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Achieving the millennium development goals: a measure of progress*. Brasília: IPC-UNDP, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Human development report 2010: the real wealth of nations: pathways to human development*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2010>>. Acesso em 23/01/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa de Voluntários das Nações Unidas. *50 jeitos brasileiros de mudar o mundo: o Brasil rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio*. Brasília: PNUD, 2007.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. *XI reunião ibero-americana de chefes de estado e de governo: declaração de Lima*. Disponível em: <<http://www.oei.es/xicumbredcpor.htm>>. Acesso em: 12/05/2014.

REDE DE MONITORAMENTO AMIGA DA CRIANÇA. *Um Brasil para as crianças – a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *Educação e pobreza no Brasil*. Cadernos Adenauer VII nº2, p. 9-37. Rio de Janeiro: Fundação Conrad Adenauer, 2006.

SETTI, Ricardo. *Dez anos do Bolsa Família: diminuição drástica da miséria absoluta — e preocupações com a eternização da dependência e com a “porta de saída” do programa*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/assistencialismo/>>. Publicado em 22/10/2013. Acesso em 15/07/2014.

SHETTY Salil. *Declaração e objetivos de desenvolvimento do milênio: oportunidades para os direitos humanos*. Tradução: Célia Korn. Revista Conectas. Texto editado a partir de palestra apresentada no IV Colóquio Internacional de Direitos Humanos: São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.surjournal.org/conteudos/artigos2/port/artigo_shetty.htm> Acesso em 12/07/2014.

FUJIKAWA, E. S.. O objetivo do milênio 1 e a infância no Brasil: as influências das políticas do governo federal e a linha tênue do desenvolvimento social. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, Ilhéus, n. 3, p. 52 – 74, nov. 2014.

SIQUEIRA, Filomena. *Prazo para o cumprimento de metas estabelecidas no âmbito das Nações Unidas se encerra em 2015: nenhuma meta foi plenamente atingida*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/em-acao/34-em-acao/10004603-artigo-sociedade-civil-se-mobiliza-em-torno-da-renovacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 10/05/2014.

SOARES, F. V. ; RIBAS, R. P. ; OSÓRIO, R. G. *Evaluating the impact of Brazil's bolsa família: cash transfer programs in comparative perspective*. Evaluation Note No. 1. Brasília: International Policy Center, 2007.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

